

As Origens de Itabuna: o mito e a história¹

Ayalla Oliveira Silva²

Os estudos da história da região do sul da Bahia por muito tempo estiveram atrelados quase totalmente a uma narrativa memorialista regional. Neste trabalho, pretendo iniciar uma reflexão historiográfica da relação entre história e memória na perspectiva da história cultural, trazendo à tona, elementos como: memória coletiva, construção de identidade, relação e legitimação de poder. O objetivo central é analisar a própria dinâmica da historiografia local, tendo como hipótese que a mesma se construiu a partir de representações políticas, econômicas e sociais de uma parcela da elite local ao longo da segunda metade do século XX. Assim, o que se propõe é repensar as narrativas sobre as origens de Itabuna, vinculando-as às representações de identidades que, por sua vez, têm sido legitimadas por construções de discursos de poder centrados nos grandes nomes (de pessoas valentes, corajosas e dispostas ao trabalho), como nos apresentam as escritas tradicionais. Como resultado, espera-se a emergência de um novo olhar da história da cidade, que leve em conta novas possibilidades e os agentes históricos que, até então, pouco foram contemplados nos estudos da história da região do século XIX.

Produzir pesquisa à luz da história cultural, como colocada por Sandra Pesavento, é pôr em voga os estudos sobre as representações de identidades construídas pelo jogo de se fazer lembrar e esquecer, assumido pela construção de uma memória coletiva que, em se tratando da história de fundação de Itabuna, encontra solidificação na escrita da história local. De acordo com a autora:

A rigor, todas as sociedades, ao longo de sua história, produziram suas próprias representações globais: Trata-se da elaboração de um sistema de idéias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros (PESAVENTO, 1995).

¹Pesquisa monográfica.

²Graduanda do 6º semestre do curso de história pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

Assim, para uma breve e preliminar discussão, tomarei como primeiro exemplo a narrativa da história de Itabuna de José Dantas de Andrade (1968). O que se constata, de imediato, é o empenho do autor em elogiar as figuras ilustres denominadas de fundadoras da cidade, bem como, os seus descendentes. Aqui é construído um discurso voltado para a reprodução da versão das elites, pois a narrativa de Andrade sugere uma história local pautada na ação de homens corajosos, que derramaram suor para o desbravamento da mata, fazendo surgir um lugar que seria, pela ação destes homens, lugar de prosperidade.

A narrativa segue conferindo o mérito de desbravamento aos primeiros imigrantes sergipanos e suas famílias: Félix do Amor Divino e José Firmino Alves. “A êstes dois <<caboclos>> e aos demais membros da família Severino, deve Itabuna o início do seu desbravamento” (ANDRADE, 1968, p.18). Nesta narrativa, se consolida o mito de fundação de Itabuna, que tem base na construção de uma memória local voltada para a formação de uma identidade, da qual não faz parte o elemento indígena, colocado como um entrave para os imigrantes que começavam a explorar as terras da região.

O historiador alemão Jörn Rüsen aponta para a reflexão da história como agente questionador da tradição. A escrita da história deve se pautar na análise crítica de representações do passado, que primam pela permanência de estruturas de poder legitimadas em uma tradição que, por sua vez, encontra força na memória coletiva. Há aqui uma clara diferenciação entre história e tradição, visto que a tradição se consolida no âmbito das representações que o homem faz do mundo e de si mesmo, enquanto a narrativa histórica se compromete com a análise dessas representações.

Nesse sentido, Mary Ann Mahony, em sua densa pesquisa sobre a região cacauera do sul da Bahia, propõe uma análise dos discursos de legitimação de identidades e símbolos voltados para o estabelecimento de uma memória coletiva que, por sua vez, acaba por justificar o poder das elites da região. Nesse jogo, estão condenados ao esquecimento os elementos marginais da história da região, na medida em que são enaltecidos os produtores de cacau, financiadores do progresso e da modernidade regional.

A partir da leitura de Mahony, constata-se que a escrita da história local está intrinsecamente relacionada a uma história de cunho oficial e positivista, que em nenhum momento colocou nesse cenário o negro e o indígena, figuras representativas do processo de fundação e desenvolvimento da região. Segundo a autora, esta “... continua sendo a versão da

história contada pelas elites do sul da Bahia a mais freqüentemente encontrada nas publicações de história regional até hoje” (MAHONY, 2007, p.740).

Outra obra - *O Jequitibá de Taboca: Ensaio histórico de Itabuna* (1960) - consolida os primeiros imigrantes sergipanos como os fundadores e únicos responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura do cacau, das quais foram intitulados desbravadores. Permanece nessa narrativa a construção de uma memória local que define o elemento indígena como entrave ao progresso, como empecilho, ao lado dos animais que os desbravadores precisavam desviar do seu caminho: “No curso dessas viagens, grandes eram os riscos que corriam, os caboclos que cruzavam pela estrada, onças, cobras venenosas e outros obstáculos” (GONÇALVES, 1960, p. 33).

As obras publicadas em meados do século XX são embutidas de forte apelo à memória, a fim de consagrar as figuras de Félix Severino do Amor Divino e do seu sobrinho, José Firmino Alves, como os grandes homens da história de Itabuna. Essas obras constroem uma memória coletiva em torno destes nomes, que por sua vez, justifica e cristaliza o poder políticos de seus descendentes e seguidores. “Só assim recordaremos aos velhos as realizações verdadeiras dos antepassados e inculcaremos no espírito dos moços, o amor a terra e a reverência à memória dos fundadores desta cidade” (GONÇALVES, 1960, p. 21).

A solidificação dessa memória tem encontrado permanência em construções narrativas mais contemporâneas que tratam da história regional, a exemplo de Kfoury Silveira (2002), obra que não foge do caráter saudosista empregado nas anteriormente citadas. O autor de *Itabuna, minha terra* tece superficial comentário sobre a importância do trabalho dos frades capuchinhos no que diz respeito à domesticação dos indígenas das terras ocupadas pelos imigrantes que aqui vinham se estabelecer. No entanto, em momento algum faz referência a relevância do trabalho do elemento indígena naquele contexto, pelo contrário, dissemina a idéia posta nas narrativas anteriores, trazendo a figura do indígena, basicamente como perigo e obstáculo ao desenvolvimento. Em contraponto, enaltece a figura do imigrante como portador do progresso. Com explícito tom de reverência, Kfoury escreve:

Cabe a nós, homens do presente, o dever de preservar a imagem daqueles desbravadores, corajosos alienígenas que aqui aportaram e em troca da fertilidade do solo que os abrigou, da abundância de água que os mitigou a sede e da esperança que este chão lhes inspirou, nos legaram vilas, e cidades que hoje são pátrias dos nossos filhos e garantem a perpetuação da civilização grapiúna (SILVEIRA, 2002, p. 16).

A memória coletiva construída sobre essa região é tão homogênea que faz transparecer uma história de formação da região cacauera inerente à própria história da chegada dos migrantes e suas posteriores gerações. No entanto, novas abordagens da história da região tendem a dar enfoque a elementos esquecidos pelas narrativas tradicionais, trazendo para o âmbito acadêmico uma discussão sobre novas perspectivas historiográficas que possibilitam pensar o nascimento de Itabuna não apenas à luz dos grandes nomes, mas levando em consideração o importante papel de outros agentes históricos, a exemplo dos indígenas aldeados em Ferradas na primeira metade do século XIX. Estes, muito teriam contribuído para a segurança dos primeiros colonos ocupantes daquelas terras, face ao perigo representado por outros índios não aldeados, como os botocudos.

Nesta perspectiva, Dias (2007) aponta para o protagonismo sócio-econômico dos grupos indígenas aldeados, indo de encontro à narrativa tradicional. Para o autor, os aldeamentos estavam longe de se constituírem como um local de alienação e passividade no qual eram inseridos os índios, pelo contrário, os aldeamentos serviram sim para resguardar a integridade física e garantia de alguns direitos das populações indígenas, mas estes eram dotados de autonomia, contradizendo a escrita tradicional de submissão indígena nos aldeamentos. O autor discorre sobre a relevância do trabalho indígena nos aldeamentos da capitania de Ilhéus, que contribuíram para o desenvolvimento econômico da região, visto que, os produtos ali produzidos não serviam apenas para subsistência das comunidades, mas como bem mostram os documentos utilizados pelo autor, o trabalho indígena era articulado às necessidades de mercado da região em atividades produtivas, extrativistas e artesanais.

Comungando das idéias de Dias, Andrade, em trabalho monográfico sobre a ação dos capuchinhos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus no século XIX, dá pistas para a elaboração de posteriores trabalhos que levem em conta a importância econômica e social do aldeamento São Pedro de Alcântara, nas Ferradas, lugar de repouso dos viajantes que iam em direção a vila imperial de Vitória da Conquista. O autor aponta para dados relevantes da participação do aldeamento na economia da região na primeira metade do século XIX:

“Entre os anos de 1825 a 1855, a Aldeia de São Pedro de Alcântara das Ferradas cresceu vertiginosamente em termo econômicos, isto deveu-se ao auxílio de Frei Francisco Antônio de Falerna, sob o comando de Livorno, trabalhou respaldado pelo Governo Provincial e implantou novas culturas como a do cacau, do café, e outros gêneros agrícolas” (ANDRADE, 2003, p. 55), “neste período calculava-se a sua

produção em 20.000 pés de cacau e outro tanto de café, além do cultivo do arroz e da mandioca”(Apud ANDRADE, 2003, p.55).

Esta historiografia mais recente remete, portanto, à importância econômica do trabalho indígena, bem como da sua atuação pacificadora entre colonos e grupos indígenas mais afastados do convívio com os não índios. Este dado estabelece uma linha de divergência com a narrativa histórica tradicional. É no mínimo intrigante que as populações indígenas, quando citadas, só apareçam nos trabalhos memorialistas como entrave ao progresso da região e que, nos trabalhos mais recentes da história social e história cultural, ganhem conotação totalmente diferente das narrativas anteriores. A intenção deste trabalho é, pois, problematizar esta temática - o papel indígena na formação econômica e social de Itabuna - seguindo as pistas da historiografia regional vigente. Conhecer e debater as novas vertentes historiográficas justifica-se pela urgência em desenvolver trabalhos regionais preocupados em desconstruir mitos gestados pela narrativa histórica tradicional, que tende a mascarar práticas de marginalização na história dessa região.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, João Cordeiro. *Missões Capuchinhas na Comarca de São Jorge dos Ilhéus (1816 – 1875)*. Ilhéus: UESC, 2003.

ANDRADE, José Dantas de. *Documentário histórico ilustrado de Itabuna*. Itabuna: Gráfica Editora Itabuna LTDA, 1968.

DIAS, Marcelo Henrique. “A inserção econômica dos aldeamentos jesuíticos na capitania de Ilhéus”. In: *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (orgs.). Ilhéus: Editus, 2007.

GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *O Jequitibá de Taboca: Ensaios históricos de Itabuna*. Itabuna: Oficinas gráficas da imprensa oficial da Bahia, 1960.

MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia. In: *Cadernos de ciências humanas-Especiaria*. V. 10, n 18, julho/dezembro, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário”
In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 15, n 29, 1995.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília:
Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVEIRA, Adelino Kfoury. *Itabuna, minha terra*. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002.